

ESMESC

SIMULADO SEMESTRAL 2024.2

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. As provas serão compostas por questões objetivas sobre os conteúdos das disciplinas concluídas no Módulo Conteúdos Jurídicos, quais sejam: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito Empresarial.
2. As provas serão divididas por disciplina, sendo cada uma delas com 10 questões.
3. O aluno terá apenas **uma tentativa de resolução** das questões da prova.
4. A data de realização da prova será 29 de novembro de 2024 (das 19h às 23h).
5. O tempo de realização da prova será de 04 horas. **ONLINE**, a prova deve ser iniciada e concluída nesse tempo. Após este período, o sistema fechará a atividade e somente o que foi respondido será enviado.
6. Não será admitido o uso de quaisquer outros materiais de consulta, mesmo que para rascunho, nem será permitida a comunicação com terceiros.
7. O resultado da avaliação, em nota, estará disponível no dia 30 de novembro de 2024, após as 12h. Para visualizar o estudante deverá acessar este ambiente virtual e clicar, no menu à esquerda, no link Notas.
8. O gabarito com as respostas consideradas corretas estará acessível neste ambiente virtual, após as 12h, do dia 30 de novembro de 2024.
9. O dia 3 de dezembro de 2024, às 12h, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados por meio do link disponível neste ambiente virtual.

Boa prova!

Equipe Esmesc

1. No processo de impeachment do Presidente da República, aprovado o seguimento do processo por 3/5 dos membros o seu afastamento do cargo se dá quando:

- a) No momento em que a Câmara dos Deputados aprova o seguimento por 3/5 dos membros.
- b) Quando da aprovação do juízo de acusação pelo Senado Federal, pelo quórum de maioria simples.
- c) Quando da aprovação do juízo de acusação pelo Senado Federal, pelo quórum de 3/5 dos membros.
- d) Quando o Presidente do STF assumir a presidência do processo de Impeachment
- e) No momento em que a Câmara dos Deputados aprova o seguimento por maioria absoluta dos membros.

2. Do julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao STF, é cabível o seguinte recurso:

- a) Embargos de Divergência.
- b) Reclamação Constitucional.
- c) Embargos Infringentes.
- d) Agravo Interno.
- e) Embargos Declaratórios.

3. A Súmula Vinculante 38 estabelece que:

- a) A União, Estados e Distrito Federal podem privativamente legislar sobre transporte de passageiros por aplicativos.
- b) União e Estados podem legislar para regras relativas ao transporte municipal.
- c) A definição para legislar sobre horário de funcionamento do comércio e suplementar para os municípios.
- d) A definição do horário de funcionamento do comércio local compete aos Municípios.
- e) A definição do horário de funcionamento do comércio local compete aos Estados- Membros.

4. Assinale a alternativa CORRETA sobre o sistema constitucional das crises:

- a) O Estado de Defesa possui prazo máximo de 120 dias, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.
- b) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de quarenta e oito horas, submeterá o ato com a respectiva justificação a Câmara dos Deputados, que decidirá por maioria de votos
- c) O decreto do estado de defesa indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, designará o executor das medidas específicas que serão adotadas em todo território nacional.
- d) O Presidente da República pode decretar o Estado de Defesa e posteriormente enviar ao Congresso Nacional para sua aprovação ou não.
- e) Quando editado o Estado de Defesa se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de quinze dias.

5. Assinale a alternativa CORRETA sobre as previsões constitucionais em relação poder judiciário:

ESMESC

- a) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
- b) É permitido aos juízes o exercício de docência, desde que solicitem afastamento do cargo durante o exercício das atividades docentes.
- c) Os Tribunais podem, pelo voto da maioria de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial, declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- e) Compete ao Conselho Nacional de Justiça propor a criação de novas varas judiciais.

6. Em relação a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) e a Ação Direta De Inconstitucionalidade (ADI) é CORRETO afirmar:

- a) Cabe Arguição de Descumprimento de preceito fundamental contra decisão judicial transitada em julgado.
- b) Prefeito municipal é legitimado para propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao STF.
- c) O *Amicus Curiae* é aceito na ADPF por meio de interpretação da jurisprudência do STF.
- d) Cabe Ação Direta de Inconstitucionalidade quando se alega que está havendo uma omissão por parte do poder público.
- e) É impossível celebrar acordo em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e da Ação Direta de Inconstitucionalidade.

7. Sobre a liberdade de reunião assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Supremo Tribunal Federal entende que a liberdade de reunião só pode ser exercida por meio de autorização do poder público.
- b) O direito de liberdade de reunião tem ampla proteção pelo texto constitucional de 1988, sendo vedado estabelecer limite máximo de tempo para realização de reuniões.
- c) A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de liberdade de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.
- d) A liberdade de reunião regula o exercício desse direito fundamental apenas em lugares privados.
- e) Pessoa jurídica não é titular do exercício da liberdade de reunião, em razão de que apenas pessoas físicas podem exercer este direito fundamental.

8. Pedro Silva, brasileiro nato, vai residir na Suíça e após 15 anos de residência fixa e atividade profissional naquele país, decide requerer a nacionalidade suíça. Em relação a nacionalidade brasileira é CORRETO afirmar:

- a) Perde a brasileira em razão de aquisição voluntária da nacionalidade suíça.
- b) Permanece com as duas em razão da Constituição Federal de 1988 permitir essa situação.
- c) Deverá comunicar o governo brasileiro sobre a naturalização suíça para que o Ministério da Justiça decida pela manutenção ou não da nacionalidade.
- d) Em razão de ter adquirido nacionalidade suíça deverá renunciar a brasileira.
- e) Deverá solicitar ao STF o direito de permanecer com a nacionalidade suíça.

9. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As CPIs não ficam vinculadas ao princípio da colegialidade.
- b) As CPIs precisam de maioria absoluta dos membros das casas ou do Congresso Nacional para sua criação
- c) Os Indígenas não podem ser ouvidos como testemunhas em CPIs.

- d) É vedado as CPIs determinar ordem para realização de escuta telefônica de investigados.
- e) As decisões proferidas pelas CPIs podem ser impugnadas por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

10. Sobre as competências federativas na jurisprudência do STF é CORRETO afirmar:

- a) Norma estadual que cria parâmetros a serem observados pela Administração Pública estadual na construção ou ampliação de unidades prisionais diz respeito a direito penitenciário, cuja competência legislativa é concorrente, e não revela usurpação da competência da União para legislar sobre direito civil, tampouco limitação indevida do direito de propriedade.
- b) Leis estaduais que autorizam a transferência e o uso, pelo Estado, de recursos financeiros correspondentes a depósitos judiciais e extrajudiciais não caracterizam vício de inconstitucionalidade formal, por usurpação da competência da União para legislar sobre direito civil e processual civil.
- c) É constitucional lei municipal que estabeleça a obrigação da implantação, nos *shopping centers*, de ambulatório médico ou serviço de pronto-socorro equipado para o atendimento de emergência.
- d) É constitucional, por extrapolação de competência concorrente para legislar sobre matérias de consumo, lei estadual que impõe às montadoras, concessionárias e importadoras de veículos a obrigação de fornecer veículo reserva a clientes cujo automóvel fique inabilitado por mais de 15 dias por falta de peças originais ou por impossibilidade de realização do serviço, durante o período de garantia contratual.
- e) Os estados-membros têm competência para legislar sobre normas aplicáveis aos prestadores de serviços de telecomunicações, ainda que a pretexto de proteger o consumidor ou a saúde dos usuários.

DIREITO CIVIL

1. Paulo e Maria são companheiros e faleceram por ocasião de trágico acidente de carro durante viagem de férias ao Nordeste. Pedro, com 30 anos e irmão de Paulo, e Marcos, com 70 anos e tio de Maria, concorrem à herança dos falecidos. Em conformidade com o Código Civil:

- a) À Pedro tocará a herança deixada pelo casal em caso de declaração de comoriência.
- b) Se a perícia atestar que Paulo faleceu dez minutos antes de Maria, a herança daquele será transferida para o seu irmão Pedro.
- c) Em caso de comoriência, a herança será arrecadada pelo Estado.
- d) Se a perícia atestar que Paulo faleceu dez minutos antes de Maria, a herança daquele será transferida para sua esposa e, posteriormente, após se agregar ao patrimônio dela, será entregue à Marcos.
- e) Conforme a presunção vigente no Código Civil, se as pessoas envolvidas forem cônjuges, presume-se morto em primeiro lugar o marido. No caso a herança será entregue à Maria.

2. João Gumerindo da Silva deseja incluir o sobrenome materno em seu nome, pois tem tido problemas nas suas relações negociais tendo em vista a existência de nome homônimo. De acordo com a legislação civil:

- a) João poderá requer a inclusão perante o oficial de registro civil e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, desde que haja autorização judicial.
- b) João poderá requer a inclusão perante o oficial de registro civil no primeiro ano após completar a maioridade civil, desde que haja autorização judicial.
- c) Não é permitida a alteração de nome no caso de João, tendo em vista a necessidade de garantia de segurança jurídica, nos termos do art. 3º da LINDB.

d) João poderá requer a inclusão pessoalmente perante o oficial de registro civil no primeiro ano após completar a maioridade civil, desde que haja autorização judicial e comprovação de ausência de prejuízo a terceiros.

e) João poderá requer a inclusão pessoalmente perante o oficial de registro civil e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial.

3. Por escritura, Mário prometeu vender a José um imóvel, cujo pagamento seria efetuado em vinte e quatro parcelas mensais e sucessivas. Ao contratar, José silenciou intencionalmente a respeito de sua situação financeira, não revelando o seu estado de insolvência, com numerosos títulos protestados por falta de pagamento e, nessas condições, nenhuma parcela do preço poderia ser paga, o que de fato ocorreu. Considerando-se que Mário poderá provar que não haveria realizado o negócio se tivesse ciência da insolvência de José, cabe-lhe promover ação de anulação da promessa de compra e venda de sua propriedade por:

a) Coação.

b) Dolo.

c) Erro.

d) Lesão.

e) Estado de perigo.

4. Sobre o direito das obrigações, assinale a alternativa CORRETA:

a) Quando não forem convencidos, ou quando o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, os juros serão fixados de acordo com a taxa legal, correspondente à taxa prevista no artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional.

b) Caso a taxa legal apresente resultado negativo, este será considerado para efeito de cálculo dos juros no período de referência.

c) Ainda que se não alegue prejuízo, é obrigado o devedor aos juros da mora que se contarão assim às dívidas em dinheiro, como às prestações de outra natureza, uma vez que lhes esteja fixado o valor pecuniário por sentença judicial, arbitramento, ou acordo entre as partes.

d) Mesmo se provado que os juros da mora não cobrem o prejuízo, e não havendo pena convencional, não pode o juiz conceder ao credor indenização suplementar.

e) Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros, atualização monetária e honorários de advogado, sendo que, na hipótese de o índice de atualização monetária não ter sido convencionalizado ou não estar previsto em lei específica, será aplicada a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

5. Relativamente à teoria geral dos contratos e ao direito das obrigações, assinale a alternativa CORRETA:

a) O direito à adjudicação compulsória, quando exercido em face do promitente vendedor, não se condiciona ao registro da promessa de compra e venda no cartório de registro imobiliário.

b) O contrato preliminar deve observar todos os requisitos de validade do contrato definitivo.

c) O deferimento da adjudicação compulsória extrajudicial depende de prévio registro dos instrumentos de promessa de compra e venda ou de cessão e da comprovação da regularidade fiscal do promitente vendedor.

d) O silêncio não importa anuência, em nenhuma hipótese.

e) Para a teoria dualista ou binária, a relação obrigacional distingue-se em dois aspectos, o débito, consistente na faculdade que tem o credor de exigir que o devedor cumpra a prestação e de utilizar a força estatal para coagi-lo ao cumprimento, e a responsabilidade, consistente no dever que tem o sujeito passivo de efetuar a prestação.

6. Acerca dos contratos e do direito das obrigações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, sem direito a perdas e danos.
- b) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a denominada exceção de insegurança, por se tratar de alegação de fato futuro e hipotético.
- c) O direito civil brasileiro não admite a responsabilização civil na fase pré-contratual, uma vez que a vinculação jurídica somente se dá com a celebração do contrato.
- d) O distrato faz-se pela mesma forma para o contrato.
- e) **É válida, como regra, a cláusula *solve et repete*.**

7. Joana conviveu em união estável com Manoel por dez anos e o casal não teve filhos. Manoel faleceu no último mês de outubro e seus dois filhos, frutos de casamento anterior, querem que Joana desocupe o imóvel no qual ambos residiam, por não ser proprietária. De acordo com a legislação e a jurisprudência:

- a) Joana não possui direito real de habitação, pois não foi casada com Manoel.
- b) **Joana possui direito real de habitação, sendo desnecessária a inscrição do bem no cartório de registro de imóveis, tampouco os herdeiros podem cobrar aluguel.**
- c) Ainda que o imóvel pertença 50% a Manoel e 50% a seu irmão, Gregório, Joana terá direito real de habitação sobre o imóvel.
- d) Joana possui direito real de habitação, contudo os herdeiros podem cobrar aluguel no período em que estiver sendo utilizado exclusivamente por ela.
- e) Joana possui direito real de habitação, sendo necessária a inscrição do bem no cartório de registro de imóveis e possível aos herdeiros cobrar aluguel no período em que a casa estiver sendo utilizada exclusivamente por ela.

8. Após a abertura de testamento público, foi verificado que havia sido deixado uma casa, no valor de R\$ 200.000,00, a filho nascido em relacionamento extraconjugal do testador. Nesse caso, a disposição testamentária será:

- a) válida, se for convalidada pelos demais herdeiros.
- b) válida, se não existirem herdeiros legítimos.
- c) **válida.**
- d) anulável.
- e) nula de pleno direito.

9. Assinale a alternativa que represente uma figura híbrida, ou seja, um misto entre obrigações e direitos reais:

- a) Propriedade fiduciária.
- b) Direito do promitente comprador do imóvel.
- c) Usufruto.
- d) Contrato de locação.
- e) **Contrato de locação com cláusula de vigência em caso de alienação.**

10. Anderson abandona, em um só dia, o seu celular e o terreno X, os quais era o proprietário. Faz isso, com a vontade de não ter mais aludidos bens em seu patrimônio. Sabedor dessa situação, Bruno toma para si (“assenhoreia-se” de) mencionados bens (vale dizer, o celular e o terreno abandonados), apropriando-se de ambos. Nessa situação, pode-se dizer que:

- a) Bruno adquiriu para logo a propriedade das referidas coisas.
- b) **Bruno adquiriu para logo apenas a propriedade do celular.**

- c) Bruno não adquiriu para logo a propriedade das referidas coisas.
- d) Anderson deixou de ser proprietário apenas do celular, mantendo-se ainda dono do terreno.
- e) Anderson deixou de ser proprietário apenas do terreno, mantendo-se ainda dono do celular.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Sobre as tutelas provisórias, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Sua execução será sempre na modalidade definitiva.
- b) A cautelar, quando concedida em caráter antecedente, se estabilizará se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.
- c) Somente poderão ser concedidas liminarmente quando a lei expressamente autorizar.
- d) Uma das hipóteses para a concessão da cautelar de evidência ocorre quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- e) Se a tutela de urgência perder o seu efeito em razão da improcedência do pedido principal, não haverá ao seu requerente o dever de indenizar a parte contrária.

2. Sobre a contestação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se o réu alegar a sua ilegitimidade passiva e indicar quem é o verdadeiro legitimado, o autor poderá alterar o polo passivo da demanda, mediante o pagamento das despesas e dos honorários ao procurador do réu excluído, que serão fixados entre três e cinco por cento do valor da causa ou, sendo este irrisório, que serão arbitrados por equidade.
- b) Se o réu alegar a sua ilegitimidade passiva e não indicar quem é o verdadeiro legitimado, sabendo quem o seja, o juízo extinguirá o feito sem resolução do mérito e condenará o autor ao pagamento das despesas e dos honorários ao procurador do réu excluído, que serão fixados entre três e cinco por cento do valor da causa ou, sendo este irrisório, que serão arbitrados por equidade.
- c) Se o réu alegar a sua ilegitimidade passiva e não indicar quem é o verdadeiro legitimado, por não saber quem o seja, o juízo extinguirá o feito sem resolução do mérito e condenará o réu ao pagamento das despesas e dos honorários ao procurador do autor, que serão fixados entre três e cinco por cento do valor da causa ou, sendo este irrisório, que serão arbitrados por equidade.
- d) Se o réu alegar a sua ilegitimidade passiva e indicar quem é o verdadeiro legitimado, caberá ao autor, somente, requerer a citação da pessoa indicada para que integre o polo passivo da demanda em litisconsórcio.
- e) A alegação de ilegitimidade passiva, pelo réu, sempre ocasionará a extinção do processo sem resolução do mérito.

3. Fulano propõe ação contra Beltrano. Após a prolação da sentença, em sede de apelação, o tribunal reconhece que se trata hipótese de litisconsórcio necessário não unitário, nega provimento ao recurso que pede a reforma da sentença e determina o retorno dos autos ao primeiro grau para que o juízo providencie a citação de Rubens, o litisconsorte. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Como o tribunal determinou o retorno dos autos para citação, a sentença deve ser considerada nula por presunção lógica.
- b) O tribunal errou a negar provimento ao recurso e determinar o retorno dos autos simultaneamente, porque deveria ter expressamente anulado a sentença.
- c) O tribunal errou ao determinar o retorno dos autos, pois a citação de Rubens deveria ter sido determinada pelo próprio relator.

d) A sentença já proferida será válida e eficaz exclusivamente em relação a Fulano e Beltrano, e o juízo de primeiro grau deverá determinar a citação de Rubens e, em relação a ele, proferir nova sentença.

e) Absolutamente toda a atuação do tribunal é nula, e cabe reclamação.

4. Fulano é pai de Jonas, absolutamente incapaz, e o matricula na escola particular para que curse o quinto ano do ensino fundamental. Fulano é casado pelo regime da comunhão parcial com Beltrana, genitora de Jonas. Fulano assina o contrato com a escola e, por meio deste, assume uma dívida de R\$24.000,00, referente à anuidade escolar, a qual será paga em 12 parcelas iguais mensais. O contrato é assinado pelo devedor e por duas testemunhas. Fulano paga somente a primeira parcela, e encontra-se, atualmente, inadimplente com 7 parcelas. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

a) Para a execução dessa dívida, a inclusão de Beltrana no polo passivo é uma questão de litisconsórcio facultativo.

b) Para a execução dessa dívida, ambos os genitores deverão ser necessariamente citados.

c) Somente Fulano terá legitimidade para figurar no polo passivo da execução desse contrato.

d) Por não se tratar de título executivo, a dívida deverá ser objeto de ação monitória.

e) Por existirem parcelas vincendas, a dívida não é exigível e, portanto, não poderá ser objeto de cobrança judicial.

5. Fulano foi citado em razão de uma execução de título extrajudicial. Ainda no prazo para embargos, mas com o objetivo de não recolher custas processuais e nem correr o risco de sucumbência, Fulano apresenta um recibo assinado pelo credor, comprovando o pagamento da dívida, por meio de exceção de pré-executividade. O credor, intimado, alega que a assinatura não é sua e pede que seja instaurado incidente de falsidade documental. Diante do enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

a) O juízo deverá rejeitar a exceção de pré-executividade por ser processada nos autos da execução e não comportar a juntada de documentos.

b) O juízo deverá receber a exceção de pré-executividade e determinar a instauração do incidente, com a nomeação de perito.

c) Em razão da necessária dilação probatória, o juízo deverá converter a exceção de pré-executividade em embargos, aplicando-lhe a fungibilidade e determinando o imediato recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição.

d) O juízo deverá rejeitar a exceção de pré-executividade por ser processada nos autos da execução e não comportar dilação probatória.

e) A exceção de pré-executividade não foi recepcionada pelo Código de Processo Civil de 2015, motivo pelo qual deverá ser rejeitada.

6. Acerca das ações de família, previstas nos artigos 693 e seguintes, do Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

a) As normas do capítulo correspondente às ações de família aplicam-se aos processos contenciosos de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável, guarda, visitação e filiação.

b) Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação.

c) Recebida a petição inicial e, se for o caso, tomadas as providências referentes à tutela provisória, o juiz ordenará a citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação.

d) A citação do réu ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência de mediação e conciliação.

e) Nas ações de família, o Ministério Público intervirá em todas as ações, ainda que ausente interesse de incapaz.

7. Acerca da ação de consignação em pagamento, prevista nos artigos 539 e seguintes, do Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

- a) Tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o valor ser depositado em estabelecimento bancário, oficial onde houver, situado no lugar do pagamento, cientificando-se o credor por carta com aviso de recebimento, assinado o prazo de 30 (trinta) dias para a manifestação de recusa. Trata-se da consignação em pagamento extrajudicial.
- b) Tratando-se de prestações sucessivas, consignada uma delas, pode o devedor continuar a depositar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que o faça em até 5 (cinco) dias contados da data do respectivo vencimento.
- c) Requerer-se-á a consignação no lugar do pagamento, cessando para o devedor, à data do depósito, os juros e os riscos, salvo se a demanda for julgada improcedente.
- d) Alegada pelo credor a insuficiência do depósito, é lícito ao autor completá-lo, no prazo de dez dias, salvo se corresponder a prestação cujo inadimplemento acarrete a rescisão do contrato.
- e) Se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o pagamento, o autor requererá o depósito e a citação dos possíveis titulares do crédito para provarem o seu direito.

8. O texto do art. 1.000, do CPC, afirma que a parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão, não poderá recorrer. Logo, pergunta-se, o que você entende por aceitação tácita?

- a) Todo e qualquer despacho, é suscetível de interposição de recurso.
- b) O recurso adesivo será conhecido, ainda que a parte recorrente dele tenha desistido.
- c) A parte não pode desistir do recurso interposto, sem a anuência da outra parte.
- d) Considera-se aceitação tácita a prática, sem nenhuma reserva, de ato incompatível com a vontade de recorrer.
- e) A renúncia ao direito de recorrer depende de anuência da parte contrária.

9. Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA.

- a) Estando o processo em condições de imediato julgamento, o tribunal deverá decidi-lo quando anular a sentença por falta de fundamento.
- b) O Capítulo da Sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória é impugnável através do recurso de Agravo de Instrumento.
- c) Quando o pedido tiver mais de um fundamento e o juiz acolhe somente um deles, não poderá o tribunal recursal, apreciar os demais.
- d) Serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal, todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, mesmo que não sejam relativas ao capítulo impugnado.
- e) Se o Tribunal reformou a sentença que reconheceu a prescrição e mesmo estando o processo apto ao julgamento em segunda instância, deve determinar o retorno dos autos à origem.

10. Na interposição de Recurso ao Supremo Tribunal Federal há que ser demonstrado alguns requisitos de admissibilidade. Pergunta-se: Quando haverá Repercussão Geral? Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA.

- a) Haverá repercussão geral, quando o acórdão recorrido afrontar entendimento consolidado no Tribunal de Origem.
- b) Haverá repercussão geral, quando o acórdão recorrido contrariar entendimento firmado em apreciação de Recurso Especial.

- c) Haverá repercussão geral, quando o acórdão recorrido afrontar tese julgada em Recurso Repetitivo pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) Também haverá repercussão geral, quando o acórdão recorrido declarar inconstitucional lei Estadual.
- e) Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal; tenha sido proferido em julgamento casos repetitivos ou tenha reconhecido a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal, nos termos do art. 97, da Constituição Federal.

DIREITO PENAL

1. Em relação ao tempo e ao lugar do crime, considerando a legislação, doutrina e jurisprudência, é CORRETO afirmar:

- a) O Código Penal adota em relação ao tempo e ao lugar do crime, as teorias, respectivamente, da atividade e da ubiquidade;
- b) A lei penal considera como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública, por ficção;
- c) A lei posterior terá aplicação imediata, mesmo que transitada em julgado a sentença penal condenatória;
- d) Em se tratando de crime de mera conduta, considera-se praticado o crime no lugar em que se produziu o resultado;
- e) O decurso do período de duração da lei temporária ou, no caso da lei excepcional, a cessação das circunstâncias que a determinaram, fazem incidir a aplicação da *abolitio criminis*.

2. No que diz respeito à principiologia penal e ao instituto da prescrição, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São requisitos alternativos para o reconhecimento do princípio da insignificância a mínima ofensividade da conduta, nenhuma periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.
- b) A reincidência influencia no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva em abstrato, já que aumenta o prazo em um terço (1/3).
- c) É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticadas contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- d) A venda de CDs e (ou) DVDs pirateados é uma prática amplamente tolerada pela população, implicando na atipicidade material da conduta com base no princípio da adequação social.
- e) Reduz-se o prazo prescricional pela metade se o acusado é menor de vinte e um anos ao tempo da sentença ou maior de setenta anos ao tempo dos fatos.

3. Sobre a Teoria Geral do Delito, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Há o instituto do resultado diverso do Pretendido quando o agente, almejando determinado objetivo, alcança finalidade distinta.
- b) Ocorre o erro na execução quando o agente alcança pessoa diversa por desvio de seu golpe, que não atinge a pessoa visada.
- c) Está-se diante de um concurso material se o agente, mediante duas ou mais ações ou omissões, praticado dois ou mais crimes.
- d) Crime progressivo e progressão criminosa são tidos pela doutrina como sinônimos.

e) Para que se possa reconhecer o instituto consentimento do ofendido, doutrina enumera alguns requisitos que deverão ser preenchidos pelo agente, dentre eles: que o ofendido seja capaz de consentir; que o bem sobre o qual recaia a conduta do agente seja disponível.

4. É CORRETO afirmar, acerca do crime culposo, que:

- a) admite a coautoria e a participação.
- b) admite a compensação de culpas.
- c) é possível a concorrência de culpas.
- d) a culpa pode ser presumida.
- e) segundo a teoria finalista da ação, o dolo e a culpa integram, respectivamente, a tipicidade e a culpabilidade.

5. Sobre as causas excludentes de ilicitude, assinale a única alternativa INCORRETA:

- a) Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- b) O agente, quando praticar os atos em legítima defesa, não responderá pelo excesso punível na modalidade dolosa ou culposa.
- c) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- d) O agente, em qualquer das hipóteses do artigo 23 do Código Penal (legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito), responderá pelo excesso doloso ou culposo.
- e) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

6. Não se mostra como requisito legal, quando da análise da culpabilidade do agente, para fins de:

- a) suspensão condicional da pena.
- b) fixação da pena de cada concorrente no caso de concurso de pessoas.
- c) determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.
- d) substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- e) progressão de regime prisional.

7. Sobre o entendimento do STJ acerca da lei 11.343/06, assinale a INCORRETA:

- a) Para a incidência da majorante prevista no art. 40, V, da Lei n. 11.343/06 é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.
- b) O agente que transporta entorpecente no exercício da função de "mula" integra organização criminosa, mas afasta a aplicação da minorante estabelecida no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06.
- c) O delito de associação para o tráfico de drogas não possui natureza hedionda.
- d) Para a caracterização do crime de associação para o tráfico é imprescindível o dolo de se associar com estabilidade e permanência.
- e) A condenação simultânea nos crimes de tráfico e associação para o tráfico afasta a incidência da causa especial de diminuição prevista no art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/06 por estar evidenciada dedicação a atividades criminosas ou participação em organização criminosa.

8. Sobre os crimes de trânsito, assinale a INCORRETA de acordo com o entendimento do STJ e do CTB:

a) Na hipótese de homicídio praticado na direção de veículo automotor, havendo elementos nos autos indicativos de que o condutor agiu, possivelmente, com dolo eventual, o julgamento acerca da ocorrência deste ou da culpa consciente compete ao Tribunal do Júri, na qualidade de juiz natural da causa.

b) Os crimes de embriaguez ao volante (art. 306 do CTB) e o de lesão corporal culposa em direção de veículo automotor (art. 303 do CTB) são autônomos e o primeiro não é meio normal, nem fase de preparação ou de execução para o cometimento do segundo, não havendo falar em aplicação do princípio da consunção.

c) **Afastar-se o condutor do veículo do local do sinistro, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída é infração administrativa, mas não crime.**

d) Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, constitui o crime de embriaguez ao volante.

e) A multa reparatória não poderá ser superior ao valor do prejuízo demonstrado no processo.

9. Acerca do dolo e da culpa:

I. Culpa é a vontade consciente dirigida a realizar ou aceitar realizar a conduta descrita no tipo penal.

II. Dolo é composto pelo elemento intelectual: consciência (é o saber) e pelo elemento volitivo: vontade (é o querer).

III. O dolo de segundo grau também é chamado de dolo eventual, pois há a previsão do resultado colateral.

IV. O crime culposos consiste em uma conduta voluntária que realiza um fato ilícito não querido ou aceito pelo agente, mas que excepcionalmente foi por ele previsto e que poderia ser evitado se o agente empregasse a cautela necessária.

Estão CORRETAS:

a) I e II.

b) I, II, III e IV.

c) II e III.

d) II, III e IV.

e) II e IV.

10. Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa CORRETA:

a) **É chamada de extorsão indireta a conduta de exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro.**

b) O latrocínio é um crime complexo, porque atinge a vida e o patrimônio; é mais grave que o homicídio e é da competência do Tribunal do Júri.

c) A escusa absolutória do artigo 181 do Código Penal aplica-se no caso de furto simples praticado contra o genitor de sessenta e dois anos, por existir uma causa de isenção de pena.

d) Conforme a jurisprudência majoritária, a coisa de pequeno valor exigida para o reconhecimento do furto privilegiado corresponde a até 10% do salário-mínimo vigente.

e) O dano qualificado do artigo 163, parágrafo único, inciso IV, do Código Penal (por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima) procede-se mediante ação penal condicionada à representação.

1. Tendo em consideração os princípios processuais penais e o sistema processual penal vigente, indique dentre as assertivas abaixo aquela que pode ser considerada VERDADEIRA:

- a) O princípio favor rei diz respeito a privilegiar a interpretação, em caso de dúvida, ao órgão da persecução penal e, assim, da própria sociedade, como ocorre no caso de oferecimento e recebimento de denúncia.
- b) O princípio da obrigatoriedade ou legalidade veda aos órgãos incumbidos da persecução penal qualquer discricionariedade ou opção na instauração de investigação ou processo, seja qual for a espécie de ação penal cabível.
- c) Segundo o princípio da indisponibilidade, uma vez ajuizada a ação penal, qualquer que seja sua espécie, não pode o autor desistir da mesma, devendo prosseguir até a sentença.
- d) No processo penal não há previsão do princípio da identidade física do juiz.
- e) **Pelo princípio do estado de inocência, a restrição de direitos e liberdades antes da sentença definitiva somente pode ser admitida a título de medida cautelar.**

2. O assistente da acusação pode ingressar no feito para reforçar a acusação e garantir a justa aplicação da lei no caso, além de garantir, com a condenação do réu, o direito à reparação dos danos sofridos. Considerando suas características e poderes inerentes, NÃO é possível afirmar:

- a) Pode ingressar no feito a qualquer momento antes do trânsito em julgado da ação penal.
- b) Antes de sua admissão no feito, deverá ser ouvido o Ministério Público.
- c) É possível ao assistente da acusação propor meios de prova, mas sobre estas será ouvido previamente o Ministério Público antes do juiz apreciar tal pedido.
- d) **Caso seja indeferido o pedido de habilitação do assistente, deverá ser interposto recurso em sentido estrito.**
- e) Não pode o corréu no mesmo processo ser admitido como assistente da acusação.

3. Sobre os incidentes de falsidade documental e insanidade mental, segundo a legislação processual penal, é EQUIVOCADO afirmar:

- a) **Ambos incidentes exigem que o defensor possua procuração com poderes especiais para sua arguição.**
- b) O incidente de falsidade documental pode ser suscitado pelas partes ou de ofício pelo magistrado.
- c) Durante o incidente de insanidade mental o feito será sobrestado, salvo diligências imprescindíveis, todavia não há suspensão da prescrição.
- d) Da sentença que julga o incidente de falsidade documental pode ser interposto recurso em sentido estrito.
- e) O exame de insanidade mental pode ser ordenado na fase do inquérito, mediante representação da autoridade policial ao juiz competente.

4. Sobre as decisões no rito do Tribunal do Júri e seus respectivos recursos, assinale a alternativa CORRETA de acordo com a legislação processual penal:

- a) Da decisão que pronuncia o réu cabe recurso de apelação.

- b) A pronúncia do acusado por crime doloso contra a vida não acarreta a prorrogação da competência do Tribunal do Júri, uma vez que o Conselho de Sentença não pode apreciar crimes diversos daqueles referenciados no seu fundamento constitucional (art. 5º, inc. XXXVIII, da CF).
- c) A decisão de impronúncia admite juízo de retratação.
- d) Caso fique provado que o acusado não foi o autor do crime doloso contra a vida, ele deverá ser impronunciado, tendo a decisão força de coisa julgada.
- e) Ainda que preclusa a decisão de pronúncia, havendo circunstância superveniente que altere a classificação do crime, o juiz ordenará a remessa dos autos ao Ministério Público.

5. Sobre a intimação do acusado da sentença no processo penal, é CORRETO afirmar:

- a) O acusado preso será sempre pessoalmente intimado da sentença condenatória.
- b) O acusado solto será sempre pessoalmente intimado da sentença condenatória, seja assistido pela Defensoria Pública ou defensor dativo, seja contando com defensor constituído.
- c) O acusado solto será sempre pessoalmente intimado da sentença absolutória, seja assistido pela Defensoria Pública ou defensor dativo, seja contando com defensor constituído;
- d) É dispensada a intimação por edital da sentença condenatória do acusado solto assistido pela Defensoria Pública se não foi localizado nos endereços disponíveis.
- e) O acusado preso será pessoalmente intimado da sentença condenatória apenas se assistido pela Defensoria Pública ou defensor dativo.

6. Sobre o procedimento do juizado especial criminal, é INCORRETO afirmar:

- a) Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.
- b) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.
- c) Na ação penal de iniciativa pública, se não realizada a composição de danos civis ou transação penal, o Ministério Público oferecerá ao juiz, de imediato, denúncia oral, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis.
- d) Se a complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer ao juiz o encaminhamento das peças existentes ao juízo criminal comum.
- e) Oferecida a denúncia, será de imediato analisada para fins de recebimento ou não, seguindo-se no primeiro caso a citação do acusado para responder à acusação por escrito para depois ser designada a audiência de instrução e julgamento.

7. Sobre o princípio da correlação entre a denúncia e a sentença no processo penal, é CORRETO afirmar:

- a) Tanto a hipótese de *emendatio libelli* quanto a de *mutatio libelli* exigem o aditamento da denúncia ou da queixa.
- b) Aditada a denúncia ou a queixa para a inclusão de elementar ou circunstância do tipo penal, não precisa o juiz oportunizar manifestação defensiva antes de decidir pela admissão do aditamento;
- c) É desnecessário renovar o interrogatório do acusado após admitido o aditamento da denúncia ou da queixa.
- d) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

e) Aditada a denúncia ou a queixa para a inclusão de elementar ou circunstância do tipo penal, é vedado o arrolamento de novas testemunhas pelas partes, sob pena de surpresa.

8. Com base no Art. 28-A do Código de Processo Penal, assinale a alternativa CORRETA sobre as condições e restrições para a celebração do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP):

a) O ANPP pode ser proposto pelo Ministério Público mesmo em casos em que o investigado tenha praticado crime com violência ou grave ameaça, desde que a pena mínima cominada ao delito seja inferior a 4 anos.

b) Para a celebração do ANPP, é imprescindível que o investigado confesse formal e circunstancialmente a prática da infração penal e que o delito seja cometido sem violência ou grave ameaça, com pena mínima inferior a 4 anos.

c) Caso o investigado tenha sido beneficiado por transação penal nos últimos 3 anos, ele ainda poderá celebrar um novo ANPP, desde que o crime atual seja de menor potencial ofensivo.

d) O ANPP não poderá ser celebrado em crimes praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, exceto se o crime não envolver violência doméstica ou familiar.

e) A reparação do dano ou restituição à vítima é uma condição opcional do ANPP, cabendo ao investigado decidir se deseja cumpri-la.

9. Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Código de Processo Penal, sobre representação e legitimidade em ações penais, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A presença da vítima na delegacia, apenas em cumprimento a uma intimação policial, sem manifestação expressa de sua vontade, não é suficiente para caracterizar a representação necessária para o início da ação penal.

b) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

c) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

d) No âmbito do processo penal, o reconhecimento de união estável homoafetiva não confere à companheira legitimidade equivalente à de um cônjuge para propor ação penal privada, devendo essa competência ser atribuída exclusivamente aos casamentos formalmente constituídos, tendo em vista que estender a legitimidade ao companheiro seria analogia em prejuízo do réu, vedado pelo ordenamento jurídico.

e) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

10. Considere a seguinte situação:

Na cidade de Mondaí, ocorreu um homicídio por 2 réus. A única testemunha ocular do crime foi sequestrada pelos réus imediatamente após o delito para impedir que chamasse a polícia. Os autores do sequestro conduziram a testemunha até a cidade vizinha de Palmitos, onde a abandonaram em uma área rural. Com base nos dispositivos legais sobre competência por conexão ou continência, assinale a alternativa CORRETA para a determinação do foro competente para o julgamento dos crimes de homicídio e sequestro.

a) O foro competente será a comarca de Palmitos, pois foi onde o crime de sequestro teve seu desfecho com a liberação da testemunha.

- b) O foro competente será a comarca de Palmitos, uma vez que a última ação delituosa foi praticada nessa cidade.
- c) O foro competente será a comarca de Mondaí, pois, no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri.
- d) O foro competente será determinado pelo critério da prevenção, cabendo ao primeiro juiz que tomar conhecimento do caso definir a competência.
- e) A competência deverá ser dividida entre Mondaí, para julgar o crime de homicídio, e Palmitos, para julgar o crime de sequestro, em razão da conexão entre os crimes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. No que diz respeito aos princípios da administração pública, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) Supremacia do Interesse Público sobre o interesse particular significa a necessidade de um patamar de superioridade em relação àquele que apenas persegue a satisfação de interesses privados. Há uma relação horizontal do particular com a Administração Pública.
- b) Razoabilidade é a relação de congruência lógica entre o fato e a atuação administrativa. Tem aplicação restrita aos atos vinculados da administração pública.
- c) Motivação possibilita o controle ao ato administrativo. É exigível apenas em atos discricionários e pode ser posterior.
- d) Legalidade surgiu com o Estado de Direito e significa a sujeição do Estado as próprias leis que impõe aos seus súditos. Hoje o Estado também se curva a decisões judiciais. Aqui, tudo o que não está permitido está proibido, enquanto ao particular tudo o que não está proibido está permitido.
- e) O princípio da moralidade surgiu com a Constituição Federal de 1988 e prescreve uma conduta ética além da legalidade.

2. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É inferior a lei e serve para explicá-la, torná-la exequível, tornar possível a sua aplicação. Jamais pode contrariar a lei. Jamais pode dizer mais do que a lei disse.
- b) É praticado sob regime de direito público e quem o pratica o faz revestido de poderes, mas sem restrições, o que possibilita a Administração melhor atender ao interesse público.
- c) Sujeito ao controle judicial, mas apenas quanto aos aspectos discricionários do ato, tendo em vista que cabe ao Poder Judiciário adentrar no mérito administrativo quando a decisão não foi a mais adequada.
- d) É todo ato lícito ou ilícito, unilateral ou bilateral, que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos, praticado sob regime de direito público ou privado.
- e) É praticado apenas pelo Poder Público, e não por particulares em colaboração.

3. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA no que se refere a administração direta e indireta:

- a) Descentralização (funcional ou técnica) consiste na criação de pessoas jurídicas destacadas do centro, atribuindo-se-lhes competências próprias, tudo mediante Lei ou ato administrativo (que cria autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista).
- b) Desconcentração é apenas uma distribuição interna de competências, ou seja, dentro da mesma pessoa jurídica, ainda que não se ligue a hierarquia (pirâmide, cujo ápice é ocupado pelo Chefe do Poder Executivo).

ESMESC

- c) Administração Pública Direta é o conjunto de órgãos integrados na estrutura da Chefia do Executivo e dos órgãos auxiliares da Chefia do Executivo, Legislativo e Judiciário, além da OAB.
- d) Na descentralização por serviço se transfere apenas a execução do serviço público e na por colaboração o ente detém a titularidade e a execução.
- e) **Administração Pública Indireta abrange as prestadoras de serviços públicos e as de intervenção no domínio econômico. Cria-se ou se contratam pessoas jurídicas para desempenhar o serviço público. São elas: autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas. As EP e SEM também são chamadas de empresas estatais.**

4. A investidura em cargo público ocorrerá com a:

- a) **Posse.**
- b) Nomeação.
- c) Transferência.
- d) Ascensão.
- e) Cessão.

5. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa CORRETA quanto a intervenção na propriedade.

- a) **Servidão administrativa é o ônus real (*pati* – suportar) que recai sobre um bem, em favor do interesse público, mediante indenização dos prejuízos verificados. Em regra é gratuita. Pressupõe necessidade não transitória, por isso é definitiva.**
- b) Requisição administrativa é a utilização coativa de bem particular para atendimento de necessidades urgentes e transitórias (iminência de perigo). Não cabe indenização em qualquer hipótese, já que é dever de todos agir com solidariedade em situações de emergência.
- c) Limitação administrativa é a imposição geral e onerosa de condicionamentos ao exercício de direitos ou atividades em razão do bem comum (*non facere* – não fazer).
- d) Tombamento implica em limitação perpétua, parcial ou total, sobre determinado bem de interesse histórico, paisagístico. O bem pode ser reformado sem aviso prévio ao IPHAN ou mesmo retirado do país para exposição, caso seja bem móvel.
- e) A desapropriação consiste em modalidade de limitação ao direito de propriedade, em razão da função social da propriedade, sendo procedimento onde se despoja compulsoriamente alguém de sua propriedade sem indenização.

6. Assinale a alternativa INCORRETA considerando o regime jurídico administrativo:

- a) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- b) A imposição legal de critérios de distinção entre os candidatos é admitida tão somente quando acompanhada da devida justificativa em razão de interesse público e/ou em decorrência da natureza e das atribuições do cargo ou emprego a ser preenchido.
- c) **Lei municipal a versar a percepção, mensal e vitalícia, de 'subsídio' por ex-vereador e a consequente pensão em caso de morte é harmônica com a Constituição Federal de 1988.**
- d) O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.
- e) É inconstitucional a vedação à posse em cargo público de candidato(a) aprovado(a) que, embora tenha sido acometido(a) por doença grave, não apresenta sintoma incapacitante nem possui restrição relevante que impeça o exercício da função pretendida.

7. Autarquias são:

- a) Pessoas jurídicas de direito privado, dotadas de personalidade e patrimônio próprios, criadas por lei específica para o exercício de atividade típica de Estado.
- b) Unidades abstratas que sintetizam os vários círculos de atribuições dos poderes funcionais do Estado.
- c) Pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração Pública indireta, dotadas de patrimônio próprio e autonomia administrativa, cuja criação é autorizada por lei específica.
- d) Pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração Pública direta, dotadas de patrimônio próprio e autonomia administrativa, cuja criação é autorizada por lei específica.
- e) **Pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração Pública indireta, dotadas de patrimônio próprio e autonomia administrativa, criadas por lei específica para o exercício de atividade típica de Estado.**

8. Serviço público é toda atividade material/prestacional que a lei atribui ao Estado para que exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente de direito público. Sobre o tema, é CORRETO afirmar:

- a) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, eficiência, risco na prestação, atualidade, individualidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, independentemente de continuidade.
- b) A administração pública não deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre. O desconto é incabível ainda que ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.
- c) O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais militares e civis, mas permitida aos demais servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.
- d) **A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o art. 145, II, da Constituição Federal.**
- e) Concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, em qualquer modalidade, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado

9. Considerando a Lei n. 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São modalidades de licitação, dentre outras, a melhor técnica ou conteúdo artístico, o maior desconto e o maior retorno econômico.
- b) Concorrência, concurso, leilão, pregão e diálogo competitivo são critérios de julgamento do procedimento licitatório, que devem estar previstos no edital.
- c) **São critérios de desempate entre duas ou mais propostas, nessa ordem: disputa final, avaliação de desempenho contratual prévio dos licitantes, ações de equidade e desenvolvimento de programa de integridade.**
- d) A tomada de preço se destina à contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
- e) A Petrobras, e demais sociedades de economia mista que explorem atividade econômica própria, são obrigadas a fazer licitação segundo as regras estabelecidas na Lei n. 14.133/2021.

10. É INCORRETO afirmar, segundo o entendimento dos Tribunais Superiores:

- a) São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.
- b) O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da Teoria do Risco Administrativo; é ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil; a perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares é suficiente para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.
- c) A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- d) É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.
- e) Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. De conformidade com a sistemática do Código Tributário Nacional, a lei tributária nova pode retroagir:

- a) Quando esta deixe de definir algum ato como infração, desde que antes deste ser definitivamente julgado.
- b) Em qualquer situação desde que imponha penalidade menos severa que a lei anterior.
- c) Quando a alíquota da lei nova for inferior à da norma anterior.
- d) Quando a lei nova imponha tributação mais alta, mas sempre antes do lançamento.
- e) A lei tributária não pode retroagir em nenhuma hipótese.

2. O que se entende por "taxa" no ordenamento Tributário brasileiro?

- a) É um tributo que incide sobre a renda do contribuinte.
- b) É um tributo que incide sobre a propriedade de bens móveis e imóveis.
- c) É um tributo cobrado em razão da utilização de um serviço público específico.
- d) É um tributo que não pode ser cobrado pelo poder público.
- e) É um tributo que deve ser utilizado exclusivamente para investimentos.

3. O princípio da capacidade contributiva, previsto na Constituição federal, estipula que:

- a) Todos os tributos devem ter alíquota fixa.
- b) Os tributos podem ser cobrados sem levar em conta a renda do contribuinte.
- c) O contribuinte deve pagar tributos independentemente de sua situação financeira.
- d) Apenas pessoas jurídicas devem ser tributadas.
- e) A tributação deve ser proporcional à situação econômica do contribuinte.

4. Acerca das disposições do CTN quanto às garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a opção CORRETA.

- a) Todos os bens e rendas do devedor respondem pelas dívidas tributárias, com exceção dos imóveis residenciais gravados por hipoteca.
- b) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza da obrigação tributária correspondente.
- c) Nas execuções comuns, os créditos tributários sempre preferem a quaisquer outros, seja qual for a natureza ou o tempo de constituição.
- d) No processo falimentar, a multa tributária não goza de quaisquer preferências processuais.
- e) No processo falimentar o crédito tributário prefere às dívidas trabalhistas.

5. Acerca da Suspensão da Exigibilidade do Crédito tributário, é CORRETO afirmar:

- a) O depósito do montante integral do tributo devido é uma prerrogativa do contribuinte e que dispensa qualquer prévia autorização para ser realizado.
- b) Em qualquer caso, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- c) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário dispensa contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.
- d) A concessão de parcelamento, quando concedido em caráter individual, prescinde de prévia autorização legal.
- e) A remissão é uma causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário que somente pode ser concedido por lei.

6. Acerca da fiscalização tributária, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não viola o sigilo fiscal a divulgação de informações referentes à inscrições de créditos em Dívida Ativa.
- b) As autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária.
- c) É vedado à União permutar informações de contribuintes com os Estados e Municípios.
- d) No exercício da fiscalização tributária, não têm aplicação à autoridade administrativa quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.
- e) A fiscalização somente pode ser exercida no âmbito tributário por autoridades federais.

7. Em 01/06/2020 ocorreu o fato gerador de um determinado imposto; em 10/07/2022 deu-se o respectivo Lançamento de Ofício efetuado pela autoridade fiscal notificando o contribuinte para o pagamento; e em 20/06/2024 foi ajuizada a execução fiscal ante o não pagamento pelo contribuinte. A Lei X, vigente até 31/12/2021 estabelecia alíquota de 10% para o referido imposto; A Lei Y a sucedeu e vigorou até 31/05/2022 e majorou a alíquota para 15%. Desta data em diante a Lei Z estabelece que a alíquota é de 20%. Qual a alíquota deve ser aplicada pela autoridade fiscal?

- a) 10% por ser a alíquota vigente ao tempo do fato gerador;
- b) 15% por ser a média entre a máxima e a mínima;
- c) 15% por ser a alíquota vigente quando do lançamento;

ESMESC

- d) 20% por ser a alíquota vigente quando da execução;
- e) Nenhum alíquota pois o direito do Fisco de lançar decaiu, tendo ocorrido a decadência do mesmo.

8. O ato da autoridade administrativa, que, ao se deparar com informação prestada pelo contribuinte que não mereça fé, determina de forma unilateral o montante do tributo devido mediante determinação do valor devido, cabendo ao contribuinte impugnar o valor, caso seja excessivo, chama-se:

- a) Lançamento por Apuração.
- b) Lançamento por Homologação.
- c) **Arbitramento.**
- d) Lançamento de Ofício.
- e) Lançamento por Declaração.

9. O enunciado abaixo que não se aplica à decadência tributária é:

- a) a contagem do prazo inicia-se na data em que tenha sido notificado o sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.
- b) a contagem do prazo inicia-se na data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- c) a contagem do prazo inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte ao daquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- d) **a contagem de seu prazo inicia-se na data da inscrição do crédito tributário em dívida ativa.**
- e) o prazo de decadência é de cinco anos.

10. Acerca das espécies tributárias é CORRETO afirmar que:

- a) o traço que distingue os impostos das contribuições de melhoria é que os impostos têm sua receita vinculada à realização da obra pública que fundamentou sua instituição enquanto a contribuição de melhoria é tributo de receita não vinculada.
- b) **o fato gerador da contribuição de melhoria correspondente à valorização imobiliária decorrente de obra pública**
- c) os empréstimos compulsórios podem sempre ser instituídos por lei ordinária apenas em caso de guerra externa.
- d) as contribuições sociais são tributos que têm por fato gerador uma situação que depende uma contraprestação estatal específica e divisível relativa a um contribuinte determinado.
- e) os impostos são tributos que só podem ser instituídos e cobrados pela União, não cabendo sua competência aos Estados Distrito Federal e Municípios.

DIREITO EMPRESARIAL

1. De acordo com a Lei n. 10.406/02 (Código Civil), devidamente atualizada, analise, dentre as afirmativas abaixo, a alternativa CORRETA:

- a) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.
- b) A cerca do estabelecimento comercial, o seu adquirente é responsável pelos débitos anteriores à transferência mesmo os que não estejam contabilizados.

c) O sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais.

d) A sociedade adquire personalidade jurídica com a assinatura, pelos sócios, dos atos constitutivos.

e) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real, mesmo se for casado pelo regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.

2. De acordo com a Lei 10.406/02 (Código Civil), devidamente atualizada, que trata das sociedades, dentre as afirmativas abaixo a assinale a alternativa INCORRETA:

a) Na sociedade simples, o sócio, cuja contribuição consista em prestação de serviços, não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.

b) Na sociedade em comum os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum e todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído o benefício de ordem.

c) Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categoriais; os comanditados e os comanditários e pode o sócio comanditário ser constituído procurador da sociedade, para negócio determinado e com poderes especiais.

d) Na sociedade em conta de participação obriga-se perante terceiro tão-somente o sócio participante, e, exclusivamente perante este, o sócio ostensivo, nos termos do contrato social.

e) Na sociedade em nome coletivo pessoas físicas e pessoas jurídicas podem tomar parte na sociedade, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente pelas obrigações.

3. A Lei N.6.404/76 e suas alterações disciplina as Sociedades por Ações. (sociedade anônima ou companhia). Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

a) As sociedades anônimas podem ser de capital aberto ou capital fechado. Ambas as sociedades podem negociar os valores mobiliários de sua emissão no mercado de valores mobiliários.

b) A sociedade anônima terá o capital social dividido em ações e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

c) O capital social da sociedade anônima poderá ser formado em contribuição em dinheiro, qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação e prestação de serviços.

d) Quanto à forma de circulação as sociedades anônimas podem emitir ações nominativas, endossáveis, ao portador e escriturais.

e) A sociedade anônima será designada no estatuto social por denominação acompanhada das expressões “companhia” ou “sociedade anônima”, expressas por extenso ou abreviadamente no início ou no final do nome.

4. O Código Civil (Lei n. 10.406/02) e a Lei n. 6.404/76 (Lei das S.A.), tratam da reorganização societária. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) A transformação é a operação pela qual a sociedade muda o seu tipo societário. Para tanto, deve ocorrer a dissolução e liquidação da sociedade transformada e a alteração em seu ato constitutivo.

b) Na incorporação, uma sociedade vem a absorver uma ou mais sociedades com a devida aprovação das mesmas, sucedendo-as em todos os direitos e obrigações e agregando seus patrimônios aos direitos e deveres, surgindo, com isso, uma nova sociedade e as sociedades incorporadas se extinguem.

c) A fusão da sociedade é a operação pela qual se cria, juridicamente, uma nova sociedade para substituir aquelas que vieram a fundir-se e a desaparecer, sucedendo-as nos direitos e deveres.

d) Na cisão de uma sociedade ocorre a transferência de todo ou somente de parcela do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para este fim ou á existentes. Pode a cisão ser total ou parcial. Em ambos os casos a sociedade cindida é extinta.

e) Para que se opere a transformação, incorporação ou fusão de uma sociedade deverá haver a previsão no seu ato constitutivo ou, se nele não houver cláusula nesse sentido, torna-se necessária a anuência dos sócios. O credor que se sentir prejudicado não poderá promover judicialmente a anulação destes atos.

5. A Lei n.11.101/05, alterada pela Lei n. 14.112/20, prevê a recuperação judicial como forma de superar a situação da crise econômica financeira da empresa devedora. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

a) Na recuperação judicial, poderá o juiz, quando reputar necessário, nomear profissional de sua confiança, com capacidade técnica e idoneidade, para promover a constatação exclusivamente das reais condições de funcionamento da requerente e da regularidade e da completude da documentação apresentada com a petição inicial.

b) Durante o procedimento de recuperação judicial, o devedor ou seus administradores serão afastados da condução da atividade empresarial, como forma de fornecer maior licitude ao processo.

c) Segundo a Lei Falimentar, todas as pessoas jurídicas de direito privado, sem exceção, estão sujeitas ao regime da recuperação judicial.

d) Distribuído o pedido de recuperação judicial, o devedor poderá continuar alienando ou onerando seus bens ou direitos de seu ativo não circulante para que possa dar cumprimento às suas obrigações, independentemente de que estejam previamente autorizados no plano de recuperação judicial e autorização do juiz.

e) Na hipótese de convolação da recuperação judicial em falência, os atos de administração, endividamento, oneração ou alienação praticados durante a recuperação judicial não serão considerados válidos.

6. A Lei n. 10.406/02 (Código Civil) com suas alterações, trata do Direito de Empresa e disciplina a Sociedade Limitada. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

a) Independentemente de previsão contratual, na sociedade limitada, o sócio não pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio ou a estranhos.

b) No caso de distribuição de lucros ou quantia pela sociedade com prejuízo do capital, os sócios não serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título.

c) A sociedade limitada, é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado. A administração atribuída no contrato social a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

d) Na sociedade limitada a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas.

e) Na sociedade limitada, o uso da firma ou denominação social e privativo dos administradores e sócios que tenham os necessários poderes.

7. A legislação brasileira estabelece normas a respeito dos títulos de crédito. Dentre afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

a) A nota promissória, é uma ordem de pagamento à vista, emitida pelo devedor ao credor em decorrência de uma obrigação.

b) A letra de câmbio é uma ordem de pagamento, à vista ou a prazo e de aceite obrigatório.

c) No cheque, a morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão invalidam os efeitos do cheque.

d) A duplicata é um título causal, à vista ou a prazo, emitida pelo comprador. A perda ou extravio da duplicata não resulta em obrigação do vendedor em extrair triplicata.

e) O cheque é pagável à vista. Considera-se não escrita qualquer menção em contrário. No caso de cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão este não será pago.

8. A legislação brasileira, ao tratar do direito cambiário, disciplina sobre cheque, letra de câmbio, nota promissória e duplicata. De acordo com a legislação em vigor, dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No ato da emissão da fatura, dela poderá ser extraída uma duplicata. A duplicata é um título que pode ser protestado e o protesto será tirado na praça de pagamento constante do título.
- b) Na letra de câmbio o aceite é puro e simples, mas o sacado pode limitá-lo a uma parte da importância.
- c) As empresas, individuais ou coletivas, fundações e as sociedades simples, antigas civis, que se dediquem a prestação de serviços, poderão, também, na forma da Lei, emitir fatura e duplicata de prestação de serviços.
- d) O cheque é uma ordem de pagamento que não admite aceite, considerando-se não escrita qualquer declaração com esse sentido.
- e) A nota promissória é um título causal, uma vez que a obrigação que lhe originou consta do título e necessita do aceite para se completar.

9. A Lei n.11.101/05, alterada pela Lei n. 14.112/20, disciplina a ordem de pagamento aos credores do processo falimentar. Dentre as afirmativas abaixo, assinale alternativa INCORRETA:

- a) Os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias prevalecem a todos os demais créditos concursais.
- b) Os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado são créditos concursais.
- c) Os créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho prevalecem aos demais créditos concursais na ordem de pagamento.
- d) Os créditos extraconcursais serão pagos com precedência sobre os créditos concursais.
- e) Os saldos dos créditos derivados da legislação do trabalho que excederem o limite estabelecido em lei para pagamento serão pagos como créditos quirografários.

10. A Lei n.11.101/05, alterada pela Lei n. 14.112/20, trata da recuperação extrajudicial e judicial e da falência empresa devedora. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O devedor poderá negociar com seus credores um plano de recuperação extrajudicial que deverá, obrigatoriamente, ser homologado em juízo.
- b) Na falência, depois de homologado o quadro-geral de credores, os credores que não se habilitaram seu crédito perderão a oportunidade de requerer a sua habilitação ou até mesmo a retificação do quadro-geral para a inclusão do respectivo crédito.
- c) É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.
- d) Na falência, o administrador judicial será profissional idôneo, advogado, economista, administrador de empresa ou contador, ou pessoa jurídica especializada.
- e) Desde a decretação da falência ou o deferimento da recuperação judicial, o devedor perde o direito de propriedade de seus bens.